

Alexandre Garcia

"Hoje, quem aplaude nas redes sociais os que criticam o Supremo corre o risco de ser investigado como conspirador"

## Liberdade, liberdade

O juiz do Supremo Alexandre de Moraes, no primeiro dia deste mês, abriu inquérito para investigar duas deputadas federais que apareciam no inquérito sobre atos antidemocráticos — no mesmo dia em que investigações de conspiração contra a democracia eram mandadas para o arquivo. Dois dias depois, atos

antidemocráticos voltaram a ocorrer, quando a turba depredou uma agência bancária, uma concessionária de veículos e um ponto de ônibus em São Paulo, e outra turma agredia manifestantes.

O ministro Moraes escreveu que há "fortes indícios e significativas provas... apontando para a existência de uma

verdadeira organização criminosa... com a nítida finalidade de atentar contra a democracia e o Estado de direito". Fico me perguntando por que tantos adjetivos. Se forem eliminadas as subjetividades, fica o seguinte: "Indícios e provas apontam para a existência de uma organização criminosa com a finalidade de atentar contra a democracia e o Estado de direito". Assim escrito, está objetivo. Mas o juiz preferiu supor, com adjetivos. Tal como faria um promotor de acusação.

O art. 220 da Constituição estabelece que é livre a manifestação do pensamento, sob qualquer forma, processo ou veículo e que é vedada toda e qualquer censura de natureza política ou ideológica. O artigo 5º já garante a manifestação livre do pensamento, mas veda o anonimato. E há um título inteiro, o V, que cuida da defesa do Estado e das instituições democráticas.

Certamente, um juiz da Suprema Corte não confunde livre manifestação do pensamento e expressão de opinião

com conspiração contra a democracia, ainda mais com ausência de materialidade. Desabafos contra ministros do Supremo não são tentativas de fechar o tribunal, mas... Em 1968, estudante de jornalismo, eu aplaudia de pé no Teatro Leopoldina, em Porto Alegre, a peça de Millor Fernandes e Flávio Rangel, *Liberdade, Liberdade*, um ícone de crítica ao autoritarismo da época. Hoje, quem aplaude nas redes sociais os que criticam o Supremo corre o risco de ser investigado como conspirador.

**PODER /** Presidente define o advogado-geral da União como postulante à vaga a ser aberta no Supremo Tribunal Federal com a aposentadoria de Marco Aurélio Mello. O pastor presbiteriano busca apoio no Senado para a aprovação a seu nome

# Bolsonaro indicará Mendonça

» INGRID SOARES

O presidente Jair Bolsonaro confirmou, em reunião ministerial, que o indicado para ocupar a cadeira a ser deixada pelo ministro Marco Aurélio Mello (STF) será o advogado-geral da União, André Mendonça. Em várias ocasiões, o mandatário sinalizou que escolheria um candidato "terrivelmente evangélico" para ocupar uma **vaga na Corte**. Além de Mendonça ser pastor, pende a favor dele a lealdade ao chefe do Planalto. O religioso, que também participou do encontro, mantém uma postura ideológica alinhada à do governo.

Em abril, Mendonça recorreu ao Supremo para garantir a realização de missas e cultos durante a Páscoa, em antagonismo a governadores e prefeitos que tentavam conter a escalada de casos da covid-19. No mês seguinte, pediu à Corte a suspensão de medidas, como lockdown e toque de recolher, adotadas no Rio Grande do Norte, em Pernambuco e no Paraná.

Quando esteve à frente do Ministério da Justiça, Mendonça usou a Lei de Segurança Nacional e acionou a Polícia Federal para perseguir opositores do governo. Entre eles, estavam o youtuber Felipe Neto e cidadãos até então anônimos, como o sociólogo e professor Tiago Costa Rodrigues, alvo de um inquérito por contratar outdoor, em Palmas, com a mensagem dizendo que Bolsonaro "não vale um pequi roído". Até agora, todas as investigações abertas pela PF, a pedido de Mendonça contra críticos de Bolsonaro, foram arquivadas.

A indicação oficial do nome de **Mendonça ao STF** deve ocorrer na próxima semana, após o dia 12, respeitando pedido do presidente da Corte, Luiz Fux. Em 8 de junho, Bolsonaro se reuniu com o magistrado para tratar da vaga. Fux solicitou que

Marcos Corrêa/PR - 6/4/21



A indicação de André Mendonça ao Supremo Tribunal Federal deve ser oficializada na próxima semana, quando será aberta vaga na Corte

### Cotados

Além de André Mendonça, estavam cotados para a vaga o procurador-geral da República, Augusto Aras, e o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Jorge Oliveira. Ele devem ficar "na reserva".

### Segunda opção

André Mendonça chegou a ser cotado para a primeira vaga na Corte, que acabou sendo preenchida pelo hoje ministro Kassio Nunes Marques. Ele, então, foi nomeado ministro da Justiça e Segurança Pública, após o rompimento entre o presidente Jair Bolsonaro e o ex-juiz Sergio Moro. Após nova reforma ministerial, Mendonça retornou à AGU.

o chefe do Planalto aguardasse os trâmites da aposentadoria de Marco Aurélio Mello para indicar um novo nome à cadeira.

Há meses, Mendonça vem peregrinando pelos corredores do Senado em busca do apoio ao nome dele. Para que consiga a nomeação, tem de ser aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa e, depois, obter votos de 41 dos 81 senadores na votação em plenário. Ontem, o AGU almoçou com um grupo de parlamentares.

Um dos senadores que participaram do almoço, Wellington Fagundes (PL-MT) afirmou que Mendonça não quer "ser tachado de ministro de direita ou esquerda" e que "não quer que interpretem a indicação por ele ser evan-

gético". Questionado por jornalistas sobre a indicação, Mendonça foi sucinto: "É uma pergunta a ser feita ao presidente".

As pretensões de Mendonça esbarram no senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O parlamentar já visou que o colegiado não deverá votar nada antes do recesso da Casa, cujo fim está marcado para o começo de agosto. Além disso, o ex-presidente do Senado é defensor da indicação de Augusto Aras, procurador-geral da República.

### Saber jurídico

Em entrevista ao programa *CB.Poder* ontem, Marco Aurélio

### » Mourão na reunião

O presidente Jair Bolsonaro chamou, pela primeira vez este ano, o vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB) para participar da reunião ministerial, na qual o mandatário afirmou que indicará André Mendonça ao STF. No último dia 15, Mourão admitiu sentir falta de ser chamado para participar das reuniões ministeriais do chefe do Planalto disse que acabava ficando "sem saber o que está acontecendo". O general afirmou, ainda, ter ciência de que Bolsonaro deve escolher outro vice para a chapa quando se candidatar à reeleição em 2022.

Mello destacou que a escolha do novo ministro cabe a Bolsonaro e que "pouco importa se o indicado é católico ou evangélico", desde que tenha os atributos necessários, como conduta ilibada e conhecimento jurídico (**leia mais na página 6**).

A advogada constitucionalista Vera Chemin, mestre em direito público administrativo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ressaltou que a indicação de Mendonça não é questionada em termos de currículo e experiência. "O ingresso dele no STF importará numa mudança parcial de perfil do colegiado, considerando o mais novo ministro daquela Corte, Nunes Marques, que também foi indicado pelo presidente", afirmou. "É muito provável que os votos iniciais dele tenham nuances que venham a evidenciar a sua personalidade, formação profissional e a sua visão macrojurídica relativamente aos demais ministros daquele tribunal que já se encontram afinados com os dispositivos constitucionais e a jurisprudência da Corte."

De acordo com Chemin, "existe ainda a forte possibilidade de André Mendonça construir seus votos com a inserção de valores morais emprestados ao direito, o que o diferenciaria dos seus pares que tendem a ter uma postura mais próxima ao rigor do direito positivado, podendo causar algum debate ou resistência de alguns membros do colegiado".

Por fim, ela destacou que a conduta de Mendonça como magistrado só poderá ser avaliada por meio de temas eventualmente pautados no tribunal. "Se ele for escolhido, quando votar temas que tenham relação com o entorno de Bolsonaro, isso colocará a sua imparcialidade à prova perante o Poder Judiciário e os demais Poderes políticos e, por óbvio, à sua maior ou menor credibilidade", frisou. (**Colaborou Bruna Lima**)

# Contra impeachment, Lira é alvo de pressões

» ISRAEL MEDEIROS

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), enfatizou, ontem, não haver motivo para colocar em análise um processo de impeachment contra o presidente Jair Bolsonaro. Mesmo com as recentes denúncias envolvendo o chefe do Executivo na compra da vacina Covaxin e em esquemas de "rachadinha", o parlamentar avalia que "neste momento, não há nenhum fato novo que justifique e que tenha alguma ligação direta com o presidente da República". "A não ser o fato de algum parlamentar ter dito que entregou um documento, que não justifica", acrescentou.

"Não podemos institucionalizar impeachment no Brasil, temos de aprender a discutir esses assuntos com muita seriedade", declarou Lira à Rádio Jovem Pan. Para ele, o país "não pode ser instabilizado politicamente a cada

presidente que é eleito". Segundo ele, a abertura de um processo, neste momento, "desestabilizaria a economia e pararia o Brasil".

Diante das declarações de Lira, movimentos de direita, que organizaram manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff (PT) em 2016, anunciaram, ontem, que vão convocar protestos para pressionar Lira a colocar em avaliação o impedimento de Bolsonaro. A data ainda não foi definida, mas a orientação é de que os participantes não usem bandeiras vermelhas e faixas de movimentos de esquerda e não incentivem a violência. A ideia é atrair o público que quer o afastamento do presidente, mas que não deseja dividir as ruas com militantes de esquerda.

Foi o que explicou o deputado Kim Kataguiri (DEM-SP), um dos fundadores do Movimento Brasil Livre. "Acho que com o MBL e o Vem Pra Rua convocan-

do, esse público se sente confortável em ir às ruas. As bandeiras vermelhas, faixas de Lula Livre e outras similares incomodam e dão tom de antecipação de campanha", argumentou. "Discursos contra reformas e privatização também não agregam."

Já o deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), líder da oposição na Câmara e que também assinou o superpedido, acredita que o impeachment se tornou essencial para a superação da crise do novo coronavírus. "Já está claro para o povo brasileiro que o impeachment é indispensável para salvar vidas e permitir que o país retome a normalidade", destacou. "Foi o que mostraram as últimas manifestações: à medida que as pessoas estão sendo vacinadas, estão ocupando as ruas contra Bolsonaro. É uma questão de tempo até que a situação dele se torne insustentável, e o impeachment avance, inevitavel-

Reprodução/Twitter



Outdoor em Alagoas para pressionar Lira a abrir processo contra Bolsonaro

mente, no Congresso", pontuou.

### Outdoors

Para pressionar Lira, movimentos inauguraram, ontem,

outdoors em que acusam o parlamentar de ser cúmplice do presidente, e corresponsável pelas mais de 500 mil mortes na pandemia. Os locais escolhidos estão em Arapiraca, no interior de Ala-

goas, município onde o deputado teve mais votos para a sua reeleição na eleição passada.

"A ideia é ser uma forma de pressão. A gente percebeu que o Arthur Lira tem tratado com desdém a questão do impeachment e a própria atuação da CPI e, por conta disso, entendemos que uma forma de pressioná-lo seria atacar onde mais dói, que é justamente a base eleitoral dele", explicou Erick Santos, diretor financeiro do Movimento Acredito, um dos organizadores da campanha "Super Impeachment".

Santos conta que o movimento pretende expandir a iniciativa dos outdoors e está planejando lançar um financiamento coletivo para viabilizar a instalação de novos outdoors em Alagoas. O grupo já inaugurou cerca de 40 painéis em outros locais do país com mensagens contra Bolsonaro. (**Com Agência Estado**)